



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640283 - SP (2021/0014414-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : FELIPE QUEIROZ GOMES
ADVOGADO : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSÉ BRITO FRANCISCO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ BRITO FRANCISCO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2278472-02.2020.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente cumpre pena total de 23 anos e 8 meses de reclusão, pela prática de dois crimes de latrocínio, com término previsto para 2031.

O impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos para o deferimento do pedido de progressão de regime, sendo indevida a exigência de realização de exame criminológico.

Defende, ainda, que o sentenciado faz jus à concessão da prisão domiciliar "tendo em vista que está preso em uma Unidade Prisional com capacidade de 1.247 presos, mas atualmente abriga mais de 2.266" (e-STJ fl. 9)

Requer, liminarmente a no mérito, a concessão da ordem para seja dispensada a realização do exame criminológico ou colocado em regime semiaberto até a realização do referido exame.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência